

CORPOS, GÊNERO E SEXUALIDADES EM COMPETIÇÕES MAINSTREAM

Laura Peretto Salerno
*Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de
Santa Catarina - UFSC*
laurapedagog@gmail.com

*Simpósio Temático nº 03 – A (DES)GENERIFICAÇÃO NO ESPORTE E NAS PRÁTICAS
DOS EXERCÍCIOS FÍSICOS*

RESUMO

O presente artigo traz um recorte que busca mostrar como os conceitos de gênero, sexualidade, corpo e colonialidades estão fortemente imbricados e contribuem para manter o sistema capitalista e as práticas neoliberais em voga. A partir de uma reflexão teórica que dialoga com autores como Judith Butler, Paul Preciado, Aníbal Quijano, María Lugones e Wagner Camargo, propõe-se debater alguns pontos trazidos pelas epistemologias na área de feminismo e gênero, bem como refletir sobre a relação entre gênero e colonialidade em contraposição aos feminismos hegemônicos. Se existe uma dicotomia em torno das questões de gênero e sexualidade, é também em grande parte pelo modo com que as mídias apresentam e fazem pensar tais questões, através de discursos carregados de ideologia sobre corpos e modos de ser mulher ou homem em nossa sociedade. As questões que aproximam os estudos de gênero e o esporte surgem a fim de melhor compreender as múltiplas direções dessa temática e de como o corpo assume outro papel no processo de regulação das competições *mainstream*.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Corpo, Esporte, Mídia.

ABSTRACT

This article presents an outline that seeks to show how the concepts of gender, sexuality, body and colonialities are strongly intertwined and contribute to maintaining the capitalist system and neoliberal practices in vogue. Based on a theoretical reflection that dialogues with authors such as Judith Butler, Paul Preciado, Aníbal Quijano, María Lugones and Wagner Camargo, it is proposed to debate some points brought by epistemologies in the area of feminism and gender, as well as to reflect on the relationship between gender and

coloniality in opposition to hegemonic feminisms. If there is a dichotomy around the issues of gender and sexuality, it is also largely because of the way the media present and make people think about these issues, through ideology-laden discourses about bodies and ways of being a woman or man in our society. The issues that bring gender studies and sport closer together arise in order to better understand the multiple directions of this theme and how the body assumes another role in the regulation process of mainstream competitions.

Keywords: Gender, Sexuality, Body, Sport, Media.

INTRODUÇÃO

Nesse universo de possibilidades que a vida, o corpo humano e as relações sociais nos apresentam, há inúmeras formas de ser e de viver os gêneros e a sexualidade. Ainda assim, nos deparamos com discursos de ódio e preconceitos de gênero que chegam até nós através das mídias, das redes sociais, ou mesmo das injustiças presentes na estrutura social capitalista, colonialista a patriarcal em que estamos inseridos.

De tal modo, o presente artigo visa discutir questões acerca dos estudos feministas e de gênero, a partir de temáticas variadas, como gênero, sexualidade, feminismos decoloniais, gênero e esporte, discursos de gênero nas redes sociais; sempre atentando para a relação entre gênero e colonialidade em contraposição aos feminismos hegemônicos.

As questões que tratam de como a mídia apresenta e faz pensar o corpo, o gênero e a sexualidade, auxiliam a pensar a aproximação dos estudos de gênero e do esporte, a fim de melhor compreender as múltiplas direções dessa temática e de como o corpo assume outro papel no processo de regulação das competições *mainstream*.

Este trabalho é fruto de uma reflexão tecida a partir de pesquisa qualitativa de natureza teórica, como parte de um estudo individualizado que se utilizou, principalmente, de procedimentos de análise bibliográfica e documental.

Para ajudar a refletir sobre as questões de gênero e sexualidade, estão importantes autores como Judith Butler, Michel Foucault, Peter Fry, Richard Miskolci, Rubin Gayle e Joan Scott. María Lugones, Aníbal Quijano e Catherine Walsh trazem com destreza a discussão sobre feminismos decoloniais. Ao adentrar o debate sobre gênero e esporte, Wagner Xavier Camargo e Cláudia Kessler trazem importantes considerações.

DESENVOLVIMENTO

Não há como refletir sobre questões de gênero sem pensar em colonizador e dominação cultural, ou, talvez seja mais certo dizer devastação cultural. Através da cultura, o colonialismo conseguiu conquistar espaços; afinal, ao colonizador, aquele detentor de uma história, era permitido colonizar lugares que até então eram de seres por ele considerados inferiores, sem história, sem cultura, não humanos.

Esse movimento de dominação que se fez presente para a conquista de terras, deixa seus traços até os dias atuais, embora agora assumindo uma nova roupagem, pois está presente nos costumes, nos discursos, nos comportamentos, em diversos aspectos da vida cotidiana, de forma a continuar inferiorizando os povos colonizados. Pode-se afirmar, assim, que modernidade, capitalismo e colonialismo estão intrinsecamente imbricados.

Nesse sentido, Catherine Walsh (2007) entende a modernidade a partir de uma dimensão global, que tem a Europa como centro e que está vinculada a uma situação de subalterização racial, cultural, política e geográfica. E isso se dá de tal modo, que a colonialidade passa a ser o lado oculto da modernidade “lo que articula desde la Conquista los patrones de poder desde la raza, el saber, el ser y la naturaleza de acuerdo con las necesidades del capital y para el beneficio blanco-europeo como también de la elite criolla”. (WALSH, 2007, p.104)

Dentro desse contexto, é possível destacar algumas formas importantes de dominação colonial: a do poder, a do saber e a do ser. A colonialidade do poder está atrelada ao político e é mais bem explicada por Anibal Quijano, ao afirmar que ela “faz a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial” (QUIJANO, 2005, p117). Em outras palavras, ela pode ser entendida como a organização de padrões que estabelecem uma suposta superioridade de determinados grupos sobre outros, vinculando questões raciais a poder, trabalho, controle estatal e produção de conhecimento, e priorizando os mais altos graus políticos e sociais aos homens brancos.

Já a colonialidade do saber trata do ocultamento da cultura do colonizado pelo colonizador, impondo sobre ela uma cultura universalizante. É o apagamento dos traços culturais da colônia para se sobrepor a eles os do colonizador. Nas palavras de María

Lugones, “la modernidade trata de controlar al negar su existencia [...] la modernidad niega esa existência al robarles la validez y el hecho de su coexistencia em el tiempo. Esta negacion es la colonialidad” (LUGONES, 2011, p.112). E é justamente através dessa negação que se chega ao conceito de colonialidade do ser, que trata da imposição de alguns seres sobre outros, valendo-se, para tanto, de padrões subjetivos construídos de forma a permitir que alguns dominem e imponham suas “verdades” sobre outros.

En este sentido, lo que señala la colonialidad del ser no es la violencia ontológica en sí, sino el carácter preferencial de la violencia que está claramente explicado por la colonialidad del poder; es decir, la cuestión del ser colonizado tiene un arraigamiento en la historia y el espacio [...] Esta atención al espacio es importante por evidenciar cómo la supuesta neutralidad de las ideas filosóficas y las teorías sociales esconde “una cartografía imperial implícita que fusiona la raza y el espacio [...] en las formas de olvido de la condenación, racismo epistémico y muchas otras [...]” (WALSH, 2007, p.105)

É justamente na colonialidade do ser que María Lugones encontra o lugar para tratar de um feminismo de resistência, uma vez que o conceito de colonialidade do ser trata de mostrar a forma brutal com que os colonizadores “transformaram” os nativos em seres não humanos e, nesse contexto, as mulheres eram vistas como ainda menos humanas, ou inferiores: “las personas colonizadas se convirtieron em varones y hembras. Los varones se convirtieron em no-humanos-por-no-serem-hombres, y las hembras colonizadas se convirtiran em no-humanas-por-so-serem-no-hombres” (LUGONES, 2011, p.107).

Consoante a isso, o sistema moderno colonial impõe ao colonizados também questões de gênero muito fortes, quando sobrepõe seu sistema patriarcal a outro já estabelecido pelos nativos, por exemplo, determina padrões e condutas de comportamentos sobre homens e mulheres, além de ter um forte apelo racial, sendo os brancos europeus os mais “importantes” e aceitos e, dentro disto, as mulheres brancas são vistas como superiores às nativas.

Assim, a autora coloca que chama: “el analisis de la opresión de género racializada y capitalista, ‘la colonialidad de género’. Le llamo a la posibilidad de vencer la colonialidad del género ‘feminismo descolonial’” (LUGONES, 2011, p.110).

Com isso, pode-se afirmar que um feminismo decolonial inicia pela tarefa de construir um conhecimento e uma crítica à opressão de gênero racializada sofrida pelas

mulheres colonizadas, de forma a permitir “a las mujeres comprender su situación sin sucumbir a ella” (LUGONES, 2011, p.110).

Lugones (2011) mostra que o processo de colonização não apenas inventou os colonizados, como nos reduziu a seres primitivos. Ademais, desde muito tempo, estigmatizar as mulheres como seres passivos e de baixa capacidade cognitiva, em oposição ao poder masculino, inferiorizou e inferioriza as mulheres colonizadas e, por consequência, tem facilitado a dominação capitalista, além de reforçar o preconceito de gênero. É importante lembrar, conforme aponta a referida autora, que as mulheres colonizadas eram consideradas fêmeas, e não mulheres, enquanto não seguissem o modelo do patriarcado europeu. Ao contrário, nas sociedades pré-coloniais, o modelo nem sempre era este, patriarcal e sexista.

Isso explica em grande parte o porquê de continuamos nos apegando a críticas duais, que giram em torno de um modelo de homem e de mulher socialmente construído, e de uma sexualidade baseada na heteronormatividade, em afronte com a homossexualidade, invisibilizando todas as outras formas possíveis de ser e de se relacionar emocional e sexualmente.

Vivemos atualmente a “era digital”, em que as redes sociais atuam com força e protagonismo sobre as interações humanas, e que cada curtida ou compartilhamento feito nesses meios digitais, carrega consigo uma carga ideológica muito grande, julgando comportamentos e influenciando opiniões.

A sensação de anonimato trazida pelas mídias sociais potencializa a veiculação de discursos carregados de ideologias a favor da manutenção das relações de poder hegemônicas, bem como da inteligibilidade heteronormativa. Por sua vez, tais discursos, que carregam consigo uma performatividade de gênero, contribuem na constituição dos sujeitos, podendo afirmar, assim, que masculinidades, feminilidades e sexualidades são construídas através da produção e reprodução destes discursos.

De tal modo, desconstruir os padrões binaristas e heteronormativos que constituem estes discursos hegemônicos torna-se imprescindível já que, conforme aponta Butler (2003), mudanças discursivas levam a mudanças sociais. Mesmo em pleno século XXI, ainda nos deparamos com o fato de que a nossa sociedade vive para criticar e “aprovar” a sexualidade e os comportamentos do outro; e as mídias e Redes Sociais têm nos mostrado o quanto ainda é preciso lutar contra o preconceito de gênero em nossa sociedade.

O conceito de gênero surgiu a partir dos estudos feministas e contribuiu com a luta pelos direitos civis das mulheres, bem como com a desconstrução de um determinismo biológico, uma vez que os comportamentos sociais atribuídos socialmente a homens e mulheres passaram a ser questionados como campos em que o poder é articulado, visto que, de acordo com Joan Scott “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1995, p.86).

Sem me ater à narrativa histórica de como os conceitos de gênero e de sexualidade foram se construindo e modificando ao longo dos anos e dos estudos sob diferentes perspectivas, proponho-me apenas a ressaltar que se por um lado tais conceitos distinguem-se entre si, por outro eles são também intimamente imbricados e possuem uma forte correlação com as relações de poder socialmente estabelecidas, já que se entende que ambos são produtos de construção social.

Nesse sentido, Gayle Rubin, ao tratar sobre o sistema sexo/gênero, afirma que este é “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p.2).

A grande questão é que, ao encarar os papéis de gênero como duais (masculino/feminino), a inteligibilidade social, como aponta Butler (2003) acaba por afetar também a sexualidade das pessoas, pois da mesma forma que os padrões normativos determinam o que é ser homem ou mulher, determinam também quais os comportamentos sexuais são socialmente aceitáveis.

Do mesmo modo, ao dicotomizar a sexualidade em hetero e homo, só se consegue reforçar a homossexualidade como sendo um contraponto da heterossexualidade, aquela que é vista como normal e natural. Como aponta Peter Fry, os sistemas de representações da sexualidade “não são construídos num vácuo social [...] são produzidos num contexto político muito mais amplo”. (FRY, 1982, p.88) E parece que o que se intenta com receitas comportamentais, é invisibilizar as diversas possibilidades de ser e de viver a sexualidade, relegando o diferente do padrão heteronormativo a um papel de anormal ou antinatural.

Além das redes sociais, outro campo que discursa fortemente a favor do engendramento de exclusão e preconceitos de gênero é o do esporte *mainstream*, uma vez que as competições esportivas que são amplamente difundidas nas plataformas midiáticas geralmente demonstram que o meio esportivo é, ainda, masculino e heteronormativo, o que acaba por fazer deste um espaço de engendramento de exclusão e preconceitos. Em

nome da performance esportiva, do antidoping e de uma suposta “igualdade” de condições competitivas, corpos são inspecionados, diminuídos, excluídos. Há uma forte segregação de gênero, de corpos e comportamentos não normativos. Segundo Camargo e Kessler (2017, p.193):

De um lado, deixa às mulheres atletas a difícil tarefa de se destacarem em meio às “práticas viris” e, de outro, realoca corpos “malformados”, “amputados” e corpos em “transição de gênero” (como também corpos hormonizados) em subcategorias, com *status* inferior e deslegitimados perante o ambiente instituído da virilidade, da eficácia e da heteronormatividade.

Um exemplo seria o do lugar das bio-mulheresⁱ no futebol. Sendo o futebol um dos esportes que mais destacam a masculinidade e a heteronormatividade, não é de estranhar que só muito recentemente as mulheres passaram a ter um pequeno espaço na área futebolística. Ainda assim, apesar de sofrerem com a expectativa de uma performance esportiva nos padrões do futebol masculino profissional, recai sobre as jogadoras, também, a necessidade de cumprirem com os padrões sociais hegemônicos de feminilidade.

Tais expectativas de gênero e o incômodo gerado por corpos e comportamentos dissonantes levaram a Federação Internacional de Futebol (FIFA) a realizar um procedimento de verificação de gênero na Copa do Mundo de Futebol Feminino, em 2011, sob a justificativa de manter uma igualdade competitiva entre as jogadoras (CAMARGO e KESSLER, 2017). É importante frisar que o mesmo não ocorre nas competições masculinas de futebol, o que leva a questionar sobre qual o lugar das pessoas transgênero ou intersexo no futebol e nas competições esportivas em geral?

No campo esportivo é importante também falar dos corpos não normativos, presentes principalmente nas competições LGBT, buscando discutir sobre novas subjetividades e performance no esporte a partir de corpos transgêneros. Tendo em vista a segregação e manutenção dos binarismos de gênero presentes no esporte *mainstream*, lésbicas, gays, transgêneros e bissexuais acabam excluídos deste espaço e passam a ocupar lugares em competições voltadas mais especificamente para o público LGBT.

Contudo, mesmo nestes espaços, ainda se percebem práticas excludentes e binaristas, no que concerne a questões de gênero. Há, ainda, muitos casos de grupos de jogadoras trans que precisam competir com homens gays, ao invés de mulheres lésbicas,

por seus corpos serem ainda considerados masculinos. “Apesar de se encontrar num lugar em que a diversidade de gênero deveria emergir e se fazer presente, ela é mascarada e encoberta pela hegemonia gay e lésbica dominante” (CAMARGO e KESSLER, 2017, p. 208).

Destaco aqui que a importância de se pensar na inclusão de pessoas trans nos esportes de competição vai desde a questão de banheiros e vestiários com mais privacidade até a organização de categorias que as incluam, mantendo a igualdade de chances competitivas.

Diante da invisibilidade de pessoas transgênero, surge novamente o questionamento sobre qual o lugar da diversidade nas competições esportivas. Como fazer com que mulheres, transgêneros, intersexos e homens possam ter as mesmas oportunidades e visibilidade nas arenas esportivas? Como tornar o esporte mais inclusivo e justo no que concerne aos gêneros?

E, por fim, a questão de pensar numa possibilidade em que atletas de quaisquer gêneros pudessem competir por seus níveis hormonais é plausível no campo do esporte de *mainstream*? Ou seria mais uma possibilidade a ser evitada por não estar dentro dos padrões heteronormativos que geram maior lucratividade?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sexualidade, mesmo nos tempos atuais, ainda é vista como um tabu e pautada por padrões fortemente heteronormativos. Em consonância com a afirmação de Foucault em seu livro *História da Sexualidade* (1988), pode-se dizer que mesmo com a questão da sexualidade em pauta, as discussões acerca dela têm servido mais para engendrar modelos sobre o que é certo ou errado, normal ou anormal, do que para soltar amarras, romper padrões e buscar uma sexualidade menos limitadora.

Assim, todas as pessoas que não se enquadram no padrão de sexualidade heteronormativa, recebem lugares e tratamentos sociais distintos daqueles ditos “normais”, são consideradas corpos abjetos; não existem socialmente. Para se buscar romper com estes preconceitos, é preciso, primeiro, desconstruir as categorias dicotômicas, compreendendo que há muitas outras formas possíveis de se encarar e viver a sexualidade ou até mesmo as representações de gênero.

Neste sentido, Miskolci (2009) destaca que a teoria Queer propõe interrogar essa ideia de normalidade que constrói e mantém as fronteiras da diferença, e pensar em como tais fronteiras podem ser dissipadas. Assim, é possível dizer que a teoria Queer possui também um caráter político, uma vez que permite compreender e contestar os processos sociais que se utilizam das diferenças como marcadores de hierarquia e opressão.

Consoante a isso, parece que para que seja possível superar tais questões é necessário entender que não existem normas ou classificações que consigam abarcar todas as possibilidades presentes na sexualidade humana, entende-se também que é mister desconstruir as categorias dicotômicas e uniformizadoras existentes para dar espaço à fluidez das possibilidades de comportamentos de gênero e de sexualidades, entendendo que, para fazê-lo, é necessário que se conheça todas as artimanhas de sua edificação.

Ademais, a maneira como tais conceitos são elaborados e difundidos através dos discursos, principalmente aqueles veiculados nas mídias e redes sociais, contribui demasiadamente para alicerçar situações de opressão e de hierarquias sociais. Portanto, é preciso trabalhar para mudar os discursos que reproduzem visões hegemônicas sobre condutas sociais e sexuais baseados numa compreensão heteronormativa sobre o que significa ser homem ou mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMARGO, Wagner Xavier; KESSLER, Cláudia Samuel. *Além do masculino/feminino: gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica*. Horizontes Antropológicos (Online), v. 23, p. 191-225, 2017.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRY, Peter. *Para inglês ver. Identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

LUGONES, María. *Hacia un feminismo descolonial*. La manzana de la discordia, n.6, v.2, p. 105-119, Julio-Diciembre 2011. Disponível em: http://hum.unne.edu.ar/generoysex/seminario1/s1_18.pdf Acesso em: 10/04/2020.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma política de normatização*. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, no 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

PRECIADO, Paul B. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008.

QUIJANO, Anibal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e America latina. A Colonialidade do saber, eurocentrismo e Ciências sociais*. Buenos Aires. CLACSO. (2005).

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica*. Educação e Realidade. 20 (2), p.71-99, 1995.

WALSH, Catherine. *¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras?* Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales. Revista Nómadas n. 26, p. 102-113, 2007. Disponível em:
http://nomadas.ucentral.edu.co/nomadas/pdf/nomadas_26/26_10W_Sonposiblesunascienciassocial.es.pdf Acesso em: 15/04/2020.

ⁱ De acordo com Preciado (2008) bio-mulheres são aquelas que se identificam com o sexo que lhes foi designado no nascimento